



O novo Código de Processo Civil

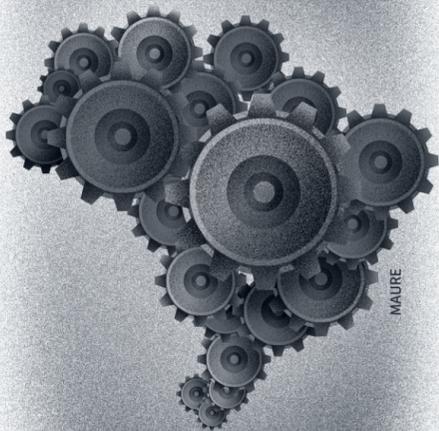
» SACHA CALMON

Advogado, coordenador da especialização em direito tributário das Faculdades Milton Campos, ex-professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF) no Rio de Janeiro

No Brasil, avançamos aos trancos na construção do país. Finalmente, foi aprovado o novo Código de Processo Civil (CPC), embora tarde a reformulação do direito e da Justiça do Trabalho, a pesar demais, juntamente com a tributação sobre receitas brutas e consumo, no elevado “custo Brasil”, tomando impossível dar “competitividade” ao produto nacional (salários, contribuições, impostos, energia, combustíveis e transporte são custos). O novo CPC traz inúmeras novidades simplificadoras e práticas. A maior delas, de incomparável alcance, foi a equiparação a dinheiro de contado da fiança bancária e do seguro-fiança.

Como é sabido, no direito existem três tipos básicos de processo, a saber: o cautelar, o de conhecimento ou cognição e o de execução ou executivo. O primeiro é preliminar e visa organizar o estado das partes e das provas. Suponha-se que um casal vai se separar contenciosamente e têm filhos. Seriam medidas cautelares a separação de corpos (que antes partilhavam o tálamo conjugal) e alimentos provisórios para os filhos, e, eventualmente, para um dos cônjuges, por estrita necessidade. Outro exemplo seria a vistoria ad perpetuum rei memoriam ou produção antecipada de provas. Um apartamento mina água no outro quando chove. Para assegurar a prova técnica faz-se uma perícia prévia nos imóveis para a memória do fato alegado e da sua causa, motivo para sanar o defeito e indenizar a parte prejudicada.

No processo de conhecimento, o juiz vai se apropriando, em diversas etapas, dos fatos e das provas ao longo do seu desenrolar para, finalmente, dizer o direito a quem o tiver, seguramente uma das partes em litígio. A jurisdição vem daí, de “dizer o direito”, função do Poder Judiciário. Pode ocorrer, entretanto, que a sentença seja ilícida. O juiz diz o direito, mas não o valor da condenação. Será preciso liquidar a sentença para se chegar a uma quantia certa. Se a parte perdedora não pagar, abre-se o processo de execução, cujo objetivo é realizar o direito obtido no processo de conhecimento.



Entretanto, a execução que começa com a penhora dos bens de devedor, dinheiro em primeiro lugar, em prol da parte exequente (o vencedor da lide no processo de conhecimento), nem sempre depende de uma sentença de mérito num processo de conhecimento (título judicial). Outros títulos chamados de “extrajudiciais” podem ensejar diretamente um processo de execução e constringer o patrimônio do devedor que não honra os títulos. Esses são quase sempre os “títulos de crédito”, não pagos no vencimento, como cheques, letras de câmbio, promissórias. O direito é pré-constituído por vontade das partes, tornando desnecessário o processo de conhecimento. O título extrajudicial impõe-se por si mesmo.

A esta altura, volta à balha, como diz o ministro Marco Aurélio, a equiparação a dinheiro das fianças bancárias e seguros-fiança, fazendo desaparecer as odiosas “penhoras on-line” nas contas bancárias dos contribuintes brasileiros. Agora, a explicação da evolução que isso significa. O dinheiro dos empreendedores que geram valor na economia, correndo o risco dos negócios, pode ser apropriado pelos Fiscos federal, estaduais e municipais, a partir de certidões de dívida ativa, que são títulos extrajudiciais construídos, majoritariamente, de modo unilateral pelas Fazendas Públicas. A apreensão do dinheiro depositado pelas empresas pode atrapalhar seus fluxos de pagamentos. Muita vez, o dinheiro destina-se ao pagamento de fornecedores, salários, matérias-primas, investimentos, etc. Chega a Fazenda Pública, sem prévio aviso, e transfere para o seu caixa o dinheiro dos particulares, no bojo das chamadas “execuções fiscais”. Agora, com a equiparação, as empresas poderão oferecer em penhora cartas de fiança bancária e seguros-fiança, que se tornarão mais baratos, ao mesmo tempo em que as empresas se livram da violência inusitada da penhora on-line feita eletronicamente (Convênio Banco Central-Poder Judiciário ou bacen-jud).

Além disso, a medida vem minorar a discrepância entre o Estado poderoso, que cobra seus pretensos créditos tributários e parafiscais com extrema rapidez, mas, no entanto, não paga seus precatórios (títulos de dívida líquida e certa expedidos pelo Judiciário em favor dos particulares), vez que os bens públicos são impenhoráveis. O resultado é que esperamos anos a fio pela boa vontade do devedor estatal. A equiparação é justa e civilizatória e põe termo à voracidade tributária do Fisco brasileiro.

A medida é justa e agradou os mercados. Quem não gostou foi o Estado pois, tão logo se faziam as penhoras “on-line”, ele se apropriava dos valores, que perdiam sua função de garantir o juízo. A “boquinha” acabou. Prevaleceu a equidade. Parabéns ao Congresso Nacional, a casa do povo.

Pesquisa pública e inovação: a agricultura na vanguarda

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Poucos sabem mas, até os anos 1970, o Brasil era grande importador de alimentos. Exportava café e açúcar, mas importava leite, manteiga, carnes e até arroz e feijão. As famílias consumiam cerca de 40% da sua renda com alimentação. Nas últimas quatro décadas, tudo mudou. Com investimentos em pesquisa e inovação e políticas públicas adequadas, o Brasil passou a produzir grande diversidade de alimentos com eficiência inigualável. A comida se tornou farta e mais barata: hoje gastamos algo como 16% da nossa renda com alimentação.

O Brasil realizou dois feitos importantes em tempo recorde: alcançou a segurança alimentar e projetou-se como importante provedor de alimentos para o mundo. Hoje, cerca de 70% do que produzimos fica aqui, para alimentar a nossa gente, e os restantes 30% vão a cerca de 180 mercados ao redor do mundo. Em 2012, as exportações agrícolas ultrapassaram pela primeira vez a marca dos US\$ 100 bilhões. Em 2013, o agronegócio representou 22,8% do PIB e foi responsável por 32% dos empregos no país.

O nosso país se tornou essa potência agrícola graças à combinação virtuosa de esforços públicos e privados. Como em todo o mundo, também aqui, a pesquisa pública funciona como “locomotiva limpa-trilhos”, que vai adiante removendo obstáculos, para que em seguida venha a “locomotiva da inovação” do setor privado, encontrando caminho desimpedido para investir com segurança e determinação, concretizando o desenvolvimento desejado.

Hoje, essa inergia se torna ainda mais necessária em razão do aumento da complexidade dos mercados e dos sistemas

produtivos. Por isso, a busca do equilíbrio entre os esforços públicos e privados será desafio cada vez maior para a inovação tecnológica. Se a pesquisa pública direcionar os recursos para atuar em áreas atendidas com eficiência pelo setor privado, corre-se o risco de não serem combatidos problemas que só o setor público poderá enfrentar de forma adequada. Normalmente, o setor privado não dedica esforço substancial à pesquisa e à inovação de prazos longos, alto risco e resultados incertos.

Adaptação da agricultura às mudanças de clima é exemplo de desafio complexo que precisa ser tratado com prioridade pela pesquisa pública. Estima-se que, só na safra de 2013, o prejuízo do agronegócio decorrente de problemas climáticos atingiu R\$ 10 bilhões. Estudos da Unicamp e da Embrapa avaliam que estamos perdendo 2,5% do PIB agrícola a cada ano devido ao aquecimento global. Esses problemas vão se intensificar, trazendo riscos para os agricultores — do familiar ao empresarial. Nossas plantas e animais precisam se adaptar a uma realidade de eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes.

O Brasil investiu, nas últimas duas safras, R\$ 9 bilhões numa política de promoção da agricultura de baixo carbono, assentada em práticas como a recuperação de pastagens degradadas, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária-floresta, a fixação biológica de nitrogênio e o manejo de resíduos, criadas ou aprimoradas pela pesquisa pública. Com sua capilaridade, a Embrapa se ocupa em organizar uma aliança de 400 pesquisadores que buscam alternativas para reduzir os prejuízos causados por alterações de clima.

Outra frente que demanda atenção da pesquisa pública é a defesa contra pragas e doenças. Temos quase 17 mil km de divisas terrestres, grande parte em florestas, mais de 7.300km de fronteiras marítimas e um espaço aéreo de mais de 8 milhões de km². Há cerca de 450 pragas e doenças de alto risco aguardando a chance de invadir o Brasil. É difícil conter as invasões de pragas e doenças ou prever qual delas chegará primeiro.

A pesquisa pública está atenta para antecipar e responder a tais riscos. Além da constante busca de soluções para problemas já instalados, como a ferrugem da soja, o greening dos citros, a mosca-do-chifre e o carrapato bovino, há grande esforço para desenvolver plantas resistentes a doenças devastadoras que ainda não chegaram aqui e podem causar prejuízos enormes aos agricultores e à população. A Embrapa desenvolve programa inédito de melhoramento genético preventivo, em parceria com órgãos de defesa agropecuária e de pesquisa, federais e estaduais, empresas privadas e associações de produtores, do Brasil e de outros países.

Mudanças climáticas e defesa agropecuária são exemplos dos desafios complexos que estão sendo tratados pelas organizações públicas de pesquisa agropecuária no Brasil. É, portanto, importante que as nossas lideranças e a sociedade em geral compreendam e valorizem a pesquisa pública e colaborem para o seu fortalecimento. Esse é o caminho seguro para que Brasil se mantenha na vanguarda do desenvolvimento tecnológico para a segurança alimentar e nutricional, tão necessário para a manutenção da paz no futuro.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.dfgabr.com.br

Guerra intercultural

Intelectual norte-americano, da Universidade Harvard, Samuel Huntington já havia alertado o governo dos Estados Unidos (EUA) sobre a possibilidade de reação desastrada das autoridades contra os atos terroristas de 11 de setembro. O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial poderiam conduzir a uma espiral de violência e a uma escalada sem precedentes do terror. Essa nova expansão dos conflitos viria a gerar uma guerra de culturas global, com desdobramentos imprevisíveis. O ex-líder trabalhista britânico Tony Benn chegou, naquela ocasião, a falar em guerra de o Ocidente se ver mergulhado numa terceira guerra mundial, caso os EUA empreendessem uma cruzada contra o mundo islâmico. Na visão de Huntington, a maior ameaça aos EUA, pós-Guerra Fria, virá de uma aliança econômica formada por China, Índia, Rússia e Estados Islâmicos, e ocasionará um conflito entre culturas. Nesse novo embate que se anuncia, os conflitos deixarão as causas políticas de lado e passarão a ser alimentados por uma espécie de embate intercultural em torno de cultura e religião.

Em decorrência dessas guerras, o Ocidente perderá, cada vez mais, a antiga influência. Essa perda será, de início, resultante das diferenças demográficas a favor dos muçulmanos, seguidas de maior controle sobre os territórios ricos em petróleo e outros minerais estratégicos. Para esse especialista em geopolítica, as ressurgências islâmicas e asiáticas se transformarão em uma séria ameaça para o Ocidente.

“No mundo emergente, diz, as relações entre estados e grupos de diferentes civilizações não serão próximas e, frequentemente, antagonistas. De fato, algumas relações interculturais são mais propensas a conflitos do que outras. Em nível micro, as linhas de fratura mais violentas ocorrem entre Islã e vizinhos ortodoxos, hindus, africanos e cristãos ocidentais. A divisão dominante é entre o ‘Ocidente e o resto’, com conflitos mais intensos ocorrendo entre sociedades muçulmanas e asiáticas de um lado, e o Ocidente do outro. Os perigosos choques do futuro vão, provavelmente, emergir da interação entre a arrogância ocidental, a intolerância islâmica e a assertividade chinesa.”

Num mundo assim, com tal configuração de novas forças emergentes, os antigos manuais de guerra clássica perderão a atualidade e o valor estratégico. De realístico, nessa abordagem, está o fato de que, naqueles novos polos emergentes, China e Rússia representam, hoje, os principais fornecedores de armas para os grupos insurgentes. O que de fato se pode apreender dessa mudança no eixo de comando do globo que se anuncia é que seja quem for o protagonista, o futuro da civilização, tal como conhecemos na atualidade, tem seus dias contados.

» A frase que não foi pronunciada

“Eu continuo sendo apenas um palhaço, o que já me coloca em nível bem mais alto do que o de qualquer político.”

Frase de Chaplin em apoio ao Tiririca

Exceção

» Nós sempre defendemos os lixeiros nesta coluna. Mas é preciso registrar o fato. Revoltados com os baixos salários e a falta de reconhecimento ao importante trabalho, os lixeiros buscaram nova forma de se divertir. Saem pelas ruas derramando lixo e quebrando lixeiras pelo caminho. Depois de arrebentar o depósito de uma das residências, um dos rapazes pendurados no caminhão da Sustentare, placa MWK 4563, saiu, às gargalhadas, com o mal-feito. O fato ocorreu às 18h de sexta-feira.

Mané Garrincha

» Márcio Granada organiza o torneio internacional Granada Cup, que começa no dia 17, às 17h, com o jogo entre Gama-DF e Zalgiris, da Lituânia. Sem verba pública, mais de 5

mil ingressos serão vendidos. Autoridades do DF estão animadas com a iniciativa de Granada. O prêmio para o vencedor será de US\$ 100 mil.

Por enquanto

» Leila Barros, secretária de Esportes e Lazer, está apoiando a iniciativa institucionalmente, apenas na estrutura. Enquanto o salário dos servidores do GDF não estiver em dia, só assim.

CTPS

» Pausa no Ministério do Trabalho e Emprego. Desde 19 de dezembro está suspensa a emissão de Carteira de Trabalho. Enquanto o novo sistema não estiver totalmente pronto, a população interessada terá que aguardar pela Carteira Digital de Trabalho e Previdência Social (CTPS), em todo o país.

» História de Brasília

Telefonar de Goiânia para Brasília, utilizando a microonda é uma tragédia. Às vezes, a ligação demora mais de três horas, tempo suficiente para um automóvel atingir o local desejado. (Publicado em 4/8/1961)

